



CONSULT AUDITORES

ANEXO V

DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO – LEI FEDERAL Nº 12.846/2013 E DECRETO Nº 8.420/2015

nome da pessoa jurídica: **CONSULT AUDITORES INDEPENDENTES**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **77.998.276/0001-35** com sede **RUA MATEUS LEME, 2004 – CENTRO CIVICO – CURITIBA –PR, Telefone: (41) 3350-6000**, Correio eletrônico: **paulo.sergio@consultaauditores.com.br**, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, por seu sócio, **Sr. PAULO SERGIO DA SILVA**, inscrito no CPF/MF sob o nº **672.690.529-72**, para fins do disposto no **Edital do Pregão Eletrônico nº 4/2022**;

DECLARAR, sob as penas da Lei:

(a) Estar ciente, conhece e entende os termos das leis anti-corrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto da presente licitação e futuro contrato, comprometendo-se a abster-se de praticar atividades que constituam uma violação das disposições destas regras anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários, empregados e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome.

(b) Não praticar atos lesivos à EPL, para os fins da legislação pertinente, que atentem contra o seu patrimônio, contra os princípios da administração pública ou contra os compromissos assumidos, assim definidos:

(1) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

(2) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

(3) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

(4) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

(5) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

(6) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a EPL, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

(7) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a EPL.

(c) A empresa declara, ainda, por si e por seus administradores, diretores, empregados, agentes, proprietários e acionistas que atuam em seu nome, concorda que a EPL terá o direito de realizar procedimento de auditoria para se certificar da conformidade contínua com as declarações e garantias dadas neste ato, mediante notificação prévia, e que deve cooperar plenamente em qualquer auditoria realizada nos termos desta Declaração.

Curitiba, 15 de fevereiro de 2022.

CONSULT AUDITORES INDEPENDENTES

CNPJ: 77.998.276/0001-35

PAULO SERGIO DA SILVA

SÓCIO GERENTE

CPF: 672.690.529-72